

Teoria social do trabalho: ensaio sucinto

Elione Maria Nogueira Diógenes

Universidade Federal de Alagoas

 0000-0002-9237-6667

elionend@uol.com.br

Vanessa Sátiro dos Santos

Universidade Federal de Alagoas

 0000-0001-9560-6045

vanessasatiro82@gmail.com

Resumo: Este ensaio é resultado lento das leituras realizadas para a compreensão do desenho teórico da categoria trabalho e é parte das reflexões surgidas com o movimento da práxis profissional. Cabe ressaltar que as proposições aqui tecidas são, antes de qualquer coisa, resultado de uma ação mental típica: confecção de um mosaico amplo das interpretações e elucidações da produção feita acerca da questão do trabalho, em nível abstracional, como se fosse uma tentativa de síntese da compreensão desta problemática no contexto das relações de produção burguesa.

Palavras-chave: Ensaio. Trabalho. Produção Burguesa.

***Abstract:** This essay is a slow result of readings carried out to understand the theoretical design of the work category and is part of the reflections arising from the movement of professional praxis. It is noteworthy that the propositions woven here are, above all, the result of a typical mental action: making a wide mosaic of interpretations and elucidation of the production made on the issue of work, at an abstract level, as if it were an attempt at synthesis understanding of this issue in the context of bourgeois production relations.*

***Keywords:** Essay. Work. Bourgeois Production.*

1 INTRODUÇÃO

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo,
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.
(MORAES, 1992, p. 242)

Não há, aqui conclusões a serem feitas. Não buscamos o “arredondamento” de uma categoria. Nem mesmo acreditamos nisto, posto que esta seja existência social e material. O que tencionamos fazer é redigir um texto para a compreensão da temática. Como se estivéssemos a conversar. Sabemos que será lido por outros/as leitores/as. O bom disto é que poderá nos ajudar a entender melhor tal discussão. Enfim, aqui, tecemos um exercício textual de entendimento lógico-teórico da questão do trabalho. Privilegiamos a abordagem marxiana. Não poderia ser diferente, pois que não concebemos o real como criado pela idéia absoluta, e sim como tecido na materialidade das condições objetivas e subjetivas da humanidade. Por conta disto, o texto tem em si também um “quê” de narratividade que pode muito bem torná-lo melhor ou pior, depende [no final] do ponto de vista particular de quem o lê. Em suma, isto é o que tem para ser dito de mais denso.

Este texto não tem subdivisões, portanto, pode ser lido de um só fôlego. Creio que - no geral - há sempre uma coesão e coerência interna que perpassa todo o seu fazer. Foi a forma que encontrei de dar vazão à tempestade mental que em mim se instalou no contato com a temática, em si, já tão complexa porque trata da vida humana, tão demasiadamente humana.

2 EDIFÍCIO SÓCIO-HISTÓRICO DA TEORIA SOCIAL DO TRABALHO

Trabalho: humano existir. (Thulin Fridman).

A subjetividade do homem moderno¹ só existe enquanto tal a partir do momento em que se insere como forma conteúdo e função no processo das relações de produção burguesa, do qual o signo basilar é a acumulação do capital que domina progressivamente [desde o século XV] todas as esferas vitais do coletivo humano. De modo extensivo, levantar o edifício sócio-histórico da teoria social do trabalho é navegar não em um «rio, mas rios» (BRAUDEL, 1996, p. 8) em virtude de ser uma «rica totalidade de determinações e de relações numerosas» (MARX, 1983, p. 219) cuja expressão, manifestação e organização são sempre em profundidade o conjunto das categorias humano-sociais como sugere Lukács (2007) num ritual de obediência (não cega) à «tendência de curso dialético instalada na história» (BLOCH, 2005, p. 14). Equivale a levantar o alicerce da própria existência humana na Terra² porque tudo neste caso está saturado de vida (GIDE, 2007).

Desde que o homem se conheceu e assim se reconheceu, cuja compreensão se ergueu na base de seu desenvolvimento material e social que seu trabalho é sua vida³. É a forma humana de ser, por isto é a própria extrinsecação e produção de sua vida, configura-se porquanto em «um modo de vida determinado» (ABBAGNANO, 2000, p. 965).

¹ O substantivo (homem) identifica a espécie humana enquanto totalidade. Dado a isto, refiro-me igualmente a homens e mulheres, sob a perspectiva de que não estão apartados do mundo e sim que «o homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade» (MARX, 2006, p. 145). A compreensão de Moraes de que o homem imerso no mundo grande/pequeno «erguia casas onde antes só havia chão» (op. cit.) remete a outra compreensão, a saber: de que no ato de erguimento ele também se ergue a si mesmo culturalmente fazendo-se. Quanto ao adjetivo moderno utilizado significa que se trata da edificação da subjetividade humana no contexto da objetividade material da produção capitalista que não à toa coincide com o nascimento da era moderna (RODRIGUES e FALCON, 2006; HOBBSBAWN, 2006, 2004, 2000, 1994, 1988 e 1987), em que a criação de um sistema mundial de economia com base na organização tecno-mecânica do trabalho e na gestão científica da produção para a comercialização e o lucro (BRAUDEL, 1987 e 1984; WALLERSTEIN, 1974 e 2001) toma sua forma mais avançada no atual movimento do capital internacionalizado e na produção flexível das mercadorias (NAVARRO, 2006; MANDEL, 2001; BRAGA, 2003; HARVEY, 1993; LESSA, 2005 e outros). Sem o esclarecimento de que a atual fase “predatória” do capitalismo tem suas raízes mais subterrâneas há pelo menos três séculos fica confuso entender o apogeu e a crise do trabalho no contexto da reestruturação produtiva tal como se manifesta, visto que não está imune ao longo, confuso e contraditório *vir-a-ser* da acumulação capitalista enquanto processo único planetário (FRANK, 1977, 1976).

² Trabalho hercúleo e ao mesmo tempo impossível dado a incomensurabilidade do tempo e do espaço ocupado pela espécie humana.

³ Precisa é a análise de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*: «O trabalho é só outro nome para a atividade que vai unida à própria vida» (2000, p. 94) por nada mais ser que «os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem» (op. cit., p. 93).

Há um tácito reconhecimento da edificação da subjetividade humana cimentada na objetividade material da existência. Os mais simples atos e os mais complexos vêm sempre solidificados numa argamassa existencial de dispêndio de energia humana⁴ teleologicamente voltada para a transformação das condições naturais de existência em condições histórico-sociais e materiais determinadas, portanto culturais. Estendam-se os olhos para frente. Faça-se o movimento contrário. Olhe-se para os lados. Levante-se o olhar para o céu. Abaixar-se agora o mesmo olhar. O que se vê? Produtos. Mercadorias. Prédios. Mão humana em ato. Corpo humano em exercício transformador. Mente humana a postos. Ação humana. Reação humana. Atuação humana. Tudo é trabalho!

Considere igualmente a polissemia da palavra. Esta é multifônica. Multiforme. Multisemântica. Traduz várias formas de ser e de estar em diferentes temporalidades. Tem um estatuto próprio de legitimidade. Provoca sentimentos paradoxais e complexos. Evoca incertezas nesses tempos de economia mundial de «profunda crise do sistema produtivo das sociedades capitalistas avançadas» (GOWAN, 2003, p. 25) por dois agentes movedores:

a) Porque evidencia a hegemonia do capital especulativo, ou seja, do capital insaciável (MARX, 1985) e incontrolável (MÉSZÁROS, 2006);

b) Pela nova dinâmica de reordenamento do sistema produtivo, isto é, as mudanças ensartadas nos diferentes ramos de produção têm alterado os processos e as relações de trabalho. É fato que as reconfigurações da produção das mercadorias afetam os aspectos objetivos e subjetivos do *ser-que-vive-do trabalho* (ANTUNES, 2006a).

Em si são novas formas de organização do trabalho orgânicas à acumulação do capital no contexto do capitalismo contemporâneo. Essas novas formas de organização da produção são funcionais à nova fase de exploração do trabalho. Alves (2000) coloca que essa nova fase se apresenta como um processo de reestruturação produtiva, cuja base toyotista tem funcionalidade nas exigências de produzir as mercadorias conforme o novo

⁴ Apesar de concordar com a noção inscrita no *Dicionário do pensamento social do século XX* que diz ser o trabalho «esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas» (NOLAN, 1996, p. 774) é preciso situar historicamente o seu desenvolvimento. Desta forma, a perspectiva marxista que analisa o trabalho a partir da formação social capitalista no século XVI especificando o conflito capital x trabalho aplica-se melhor aos propósitos desta pesquisa.

regime de acumulação do capital. Ou seja, sob o imperativo da acumulação flexível que supõe modificações técnico-organizacionais de um lado e a precarização do trabalho e subtrabalho de outro.

No momento coevo, em que se tem na sociedade contemporânea capitalista um movimento nitidamente avançado das forças produtivas, o trabalho em poder de uma carga semântica histórico-social é o foco das atenções⁵. Em que pese as contradições da produção capitalista determinantes do processo de desigualdade social e econômica que se espalha por todo o tecido societal, a partir da divisão social do trabalho, este ainda é o *epicentro formador* da subjetividade e da identidade humana. Vale refletir: o ser humano se forma e se conforma se deforma e se transforma no trabalho e nas relações sociais de trabalho. Nele e por ele se dá a germinação da individualidade, constitutiva do ser social «que o singulariza que o distingue» (PALANGANA, 1998, p.1).

A peculiaridade do sistema de produção, de distribuição, de consumo e de troca das mercadorias fabricadas, cujo finalismo é o lucro traz à tona no período que vai «entre o fim do século XVIII e meados do século XX» (HOBSBAWN, 1987, p. 13) a formação do trabalho sob o domínio social do capital⁶. É possível distender esta periodização do historiador inglês ao contexto histórico-social do tempo presente, visto que o trabalho, ainda, não conseguiu se emancipar do capital dado à «subsunção real»

⁵ Bem antes de 1970, a temática do trabalho passou a preocupar diversos setores da sociedade capitalista. Esta é a grande problemática presente tanto que a produção científica e técnica ilustram isto com vigor. Porém, sua origem remonta a uma longa conjuntura histórica que se inicia ainda às primeiras décadas do século XX da qual ainda não se saiu. De fato, para muitos historiadores as grandes problemáticas sociais da contemporaneidade tiveram «sua origem, às vezes muito súbita, nas décadas que precederam 1914» (HOBSBAWN, 1988, p. 21). O Estado-burguês personificado em suas Instituições, por meio das políticas públicas em seus diferentes campos de ação, foi plenamente mobilizado para realizar uma intervenção e discutir os limites e o próprio redimensionamento do conceito de trabalho. Isto fica nítido nas políticas de educação, voltadas para o ensino secundário, que foram implantadas na década de 1990 em quase todos os países da América Latina, dentre eles, o Brasil. A reforma foi fundamentada num novo conceito de trabalho. Este como “peça” fundamental do sistema de produção social de mercadorias, o trabalho objetivado, teve sua essência em estado de metamorfose contínua (ANTUNES, 2001; 2004; 2005; 2006a; 2006b; 2006c e ANTUNES & SILVA, 2004). Isto significa inapelavelmente que a subjetividade deste também se modificou. Homens e mulheres em idade economicamente ativa tiveram suas vidas no trabalho modificadas. Alteradas nas fábricas, nos escritórios, nos serviços públicos, enfim nos espaços públicos e privados do sistema de produção contemporâneo. A nova racionalidade do novo modo de organização do trabalho exerceu o seu império sob a perspectiva da nova ordem econômica mundial (CHESNAIS, 1996; BRAUDEL, 1996; GOWAN, 2003; ARRIGHI, 2008 e 2006; ARRIGHI e SILVER, 2001). A sociedade do conhecimento exigiu um esforço sem igual (e ainda continua a exigir) da força de trabalho para se adaptar aos novos tempos, de maneira que a educação é o *leitmotiv* das políticas, criticada e modificada para preparar os novos trabalhadores para a nova forma de produzir e de inserção econômica.

⁶ Importa esclarecer que a discussão sobre trabalho e capital puxa explicitamente a discussão sobre os sujeitos desta relação. Isto é: as classes sociais antagônicas entre si.

(ALVES, 2000, p. 12) do primeiro ao segundo. Na atual conjuntura, àquele se encontra preso nas malhas da reestruturação produtiva do capital, subsumido e subjugado, sem, no entanto, desaparecer ou remover-se vez que isto é simplesmente «impossível em solo burguês» (BLOCH, 2005, p. 15). Esse longo intervalo de tempo histórico é suficiente para fazer ver que o trabalho desenvolveu-se, evoluiu e sofreu mudanças, acomodações e atualizações com profundas alterações na sua forma de ser e nas suas relações.

Trazer a discussão teórica acerca da questão do trabalho enquanto *constructo* social significa dizer: ontologia⁷. Ontologia social. Criação e recriação do ser social na formulação expressa por Engels (2004, p. 13): «o trabalho criou o próprio homem». Construção social do homem e das relações deste com a natureza *natural e social*. Logo, o homem desnaturalizado. Que se “desanimalizou” por e pelo trabalho. Clássica e válida, a assertiva de que o trabalho tem substrato exclusivamente humano (MARX, 1980), consequentemente, «o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade» (op. cit., p. 202) reconcilia a ação humana com o pensar humano, o fazer com o saber.

Neste enunciado predicativo o que chama a atenção é a constatação de que no homem a ação é dirigida teleologicamente, de que há uma finalidade nela e que a sua pré-execução é pensada e imaginada socialmente. Há um pensar social das possibilidades concretas da exeqüibilidade do trabalho coletivamente realizado. Esse agir e pensar coletivo humano coliga na natureza os materiais e as condições determinadas historicamente sem as quais não há possibilidade de realização do trabalho. Pensado por este prisma, rompe-se com o mito do homem *robinsiano* de Smith e Ricardo (MARX, 1983) para ampliar o humano-social que forja sua identidade, sua subjetividade, sua singularidade, sua particularidade e sua totalidade enquanto ação coletiva. Isto é: constituindo seu modo de ser e de estar no mundo (GRAMSCI, 2001) mediado pelas relações sociais e relações de produção num «‘eterno’ intercâmbio orgânico com a natureza» (LESSA, 2007, p. 9).

Dialeticamente situado, o trabalho também é poder de duplo caráter: produtivo e criativo em um só tempo. Produtivo quanto à sua capacidade de gerar valor.

⁷ Na acepção lukacsiana, o trabalho reveste-se de primado ontológico no ato de criação da objetividade/subjetividade humana (1979). Portanto, o ser social «se identifica com o mundo histórico-social em sua concretude particular e com o mundo da natureza, com o qual o primeiro tem uma troca permanente» (TERTULIAN, 2002, p. 15).

Criativo por sua centralidade na formação social do homem *em si/para si*. Este é um ser ontológico. Pelo trabalho e através deste pode ou não se emancipar segundo sua condição histórica. Por isto, a perspectiva de análise da categoria trabalho não pode ser outra que não o entendimento desta em seu desenvolvimento histórico material. Não interessa que nome leve ou qual o conceito (emprego, profissão, ocupação, prestação de serviços ou mesmo *ócio criativo*) assuma em relação ao “tipo” de capitalismo hegemônico na sociedade do capital. Segundo Todelo (2002) o conceito de trabalho tem trocado de acepção a partir das diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo. O autor assinala quatro períodos distintos: da Revolução Industrial à segunda metade do século XIX predominou a teoria econômica clássica do marginalismo. De finais do século XIX a grande crise de 1929 dominou a “teoria neoclássica” da economia. Da crise de 1929 aos anos de 1970 o predomínio foi dos “keynesianistas” através do “Institucionalismo” e finalmente a vitória do “neoliberalismo” (de 1970 até os dias de hoje) no contexto da pós-modernidade e da globalização financeira.

A história social do trabalho é a história social do capitalismo que desde o século de sua formação [XVI] tem-se metamorfoseado com exímia competência a partir, principalmente, do desenvolvimento acelerado das forças produtivas. Toda «força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior» (MARX, 1987, p. 15). Isto significa dizer que também são as forças produtivas historicamente determinadas:

As forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está determinada pelas condições em que se encontram os homens, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social pré-existente, que eles não criaram e que é o produto da geração anterior. (*ibidem*).

O *produto da geração anterior* é transformado a partir do momento em que não mais corresponde as novas relações de produção: «as formas econômicas, sob as quais os homens produzem, consomem e trocam, são *transitórias e históricas*» (*ibidem*). O avanço técnico-científico das forças produtivas não subtrai o trabalho da sua centralidade, antes, põe a nu as contradições do capital, a despeito da

(...) dedicação de nossos líderes políticos ao avanço dos imperativos do sistema do capital não elimina suas deficiências estruturais e seus antagonismos potencialmente explosivos. Ao contrário da laboriosamente cultivada mitologia da ordem vigente, as perigosas

contradições são *intrínsecas* e não *exteriores* a ela. (MÉSZÁROS, 2006a, p. 41).

Assumido que o trabalho tem uma história social é necessário, de início, colocar três pontos centrais a serem desenvolvidos, aqui, para o completo entendimento de como se coloca a questão do trabalho no atual contexto histórico e sua relação com as políticas públicas de educação implantadas através das reformas educativas das duas últimas décadas do século XX⁸.

Pois, então, o conceito de trabalho é uma construção histórica. No caso aqui considerado, trata-se de referenciar este termo no contexto da sociedade formada no Ocidente legatária da formação sócio-histórica grega e romana.

Históricamente el significado del trabajo ha cambiado aun en Occidente. En la tradición clásica (griegos y romanos) el trabajo era para los no nobles, era tortura, sufrimiento, desgracia. Esta concepción se continuó en el cristianismo medieval, para el que el trabajo es pena divina. Esto sólo cambió con el luteranismo, sobre todo con el calvinismo y especialmente después de la Revolución industrial, aunque más como ideología de la clase media, no de la aristocracia ni de los obreros. (TODEDO, 2002, p. 15-16).

Nesta direção, o que se entende por trabalho no mundo contemporâneo não é o mesmo que os homens medievos entendiam. Tampouco, os homens medievos pensavam o mesmo acerca do *tripalium* ou *trepalium* como os seus predecessores: os antigos, pois outras eram as relações de produção. Outras as formas de garantia da existência. Outras as relações familiares, sociais e pessoais.

⁸ Só é possível entender o que se passou na América Latina em termos de reordenamento social e econômico na temporalidade dos anos 70 (século XX) em diante quando se analisa sua inserção submissa no sistema da economia capitalista mundial como elucida Braudel (1996). Com base nisto é possível compreender inteligivelmente o movimento das reformas educativas que ocorreu em quase todos os países, principalmente, na América Latina sob a influência dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

Em nível abstracional⁹ a afirmativa de Engels (1990) de que o trabalho constitui-se na *condição básica e fundamental de toda a vida humana* tem validade para os homens do presente século na construção de sua condição humana¹⁰.

A ninguém caberia afirmar, despropositadamente, a desimportância social do trabalho. Mesmo Gorz (1980, 2003 e 2005) e Offe¹¹ (1980, 1984, 1989a e 1989b) teóricos por excelência da tese da *descentralidade do trabalho*¹² na sociedade contemporânea – o primeiro, com o livro *Adeus ao Proletariado* (1980), cujas idéias são aprofundadas em (principalmente) *Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica* (2003) e *O Imaterial, Conhecimento Valor e Capital* (2005); e, o segundo, por meio, sobretudo das obras *Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e Perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”* (1989b) e *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política* (1989c) – não negaram a necessidade da reorganização do trabalho sob novas bases para resolver a problemática deste no capitalismo.

O conceito “trabalho” é, pois, categoria historicamente centrada. Pensando assim, não erro ao afirmar que tem, pois, acompanhado as transformações dos modos de produção desde os primórdios da vida humana na Terra, cuja compreensão remete ao entendimento de que o modo de produção da vida material influencia em todos os

⁹ A partir do sigolismo da dialética marxiana. Encontra-se na parte *Introdução* do livro “Contribuição à crítica da economia política” (1983).

¹⁰ Hannah Arendt (1906-1975) em “A Condição Humana (2005)” enfatiza a situação do homem enquanto “construtor do mundo”, identificando-o como *homo faber*, ou seja, homem do fazer. Mas, este fazer gerando outros “fazeres”, edificando um *modus vivendi*. Fazer cultural, fazer sociedade, um fazer da experiência do homem no mundo em que este vive. É possível estender esta reflexão para a assertiva de que é no trabalho que os homens se reconhecem entre si. De forma que, mesmo considerando, o seu caráter alienado (MARX, 2004, RANIERE, 2001 e MÉSZÁROS, 2006b) na sociedade capitalista, o trabalho ainda assim é uma referência existencial, razão porque mesmo em “tempos de crise do trabalho” este “(...) ganha tanta importância na vida do indivíduo e faz com que a maioria dos trabalhadores não perca o desejo de continuar produzindo, além de ter, nessa atividade, a oportunidade de realização e de identidade para construir-se como sujeito psicológico e social” (MENDES & MORRONE, 2002, p. 27).

¹¹ O filósofo francês André Gorz (1923 - 2007) produziu estudos sobre a questão do trabalho no moderno sistema capitalista de produção, em que desenvolveu críticas acerca da concepção marxista de trabalho. Por sua vez, o sociólogo alemão Claus Offe nascido em 1940 em Berlim é de orientação marxista e pertence a segunda geração da “Escola de Frankfurt”. Em seus estudos (1989a; 1989b; 1989c e 1984) tem defendido a tese polêmica do “sumiço do trabalho” no moderno capitalismo.

¹² Habermas (1987a e 1987b) propõe a permutação da «esfera do trabalho» pela «esfera comunicacional»; Rifkin (1995) vaticina o «fim do trabalho». Para Antunes (2005), Kurz (1992) também pode ser colocado na lista dos profetas apocalípticos da *morte do trabalho*, cuja versão mais *qualificada e crítica à ordem do capital* tem-no posto diferentemente dos demais.

aspectos «o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral» (MARX, 1983, p. 24).

É verificável, também, uma diversidade muito grande de concepções a partir dos gregos até os nossos dias porque nos novos domínios da história novos valores foram incorporados. Suficiente é dizer que as civilizações antecessoras da civilização burguesa não viam qualquer positividade no conceito. Decerto, isto não invalidou o processo de transformação da natureza pelas mãos humanas e pelo seu trabalho como tampouco a sua particular metamorfose.

A história do trabalho enquanto categoria ontológica do ser social inicia-se então com a consolidação do “modo burguês de produção”, vez que em nenhuma outra sociedade a questão do trabalho emergiu com tamanha força. Não por acaso, o vocábulo *trabalho* passou a existir a partir do século XI [ponto de transição de uma economia feudal¹³ para uma economia pré-comercial], elucida o historiador Jacques Le Goff (1980). Em contrapartida, o termo *trabalhador* surge nos finais do século XVII. Portanto, em pleno processo de afirmação da economia burguesa enquanto modo de produzir a existência social. Outro ponto que importa ressaltar é que em sua vertente burguesa nasce positivado [o trabalhador], não como alguém destituído das forças de provisão da sua própria sobrevivência, mas como alguém “livre para trabalhar” com quem bem lhe aprouvesse (SMITH, 1996).

Ao revelar sua enorme capacidade de organização do trabalho humano, cuja diretividade era a produção de mercadorias e a conseqüente acumulação do capital, a burguesia de posse do legado histórico anterior ao seu tempo [síntese de múltiplas determinações] empreendeu [não sem conflitos] as transformações necessárias ao velho modo de produção [feudalismo¹⁴] e em substituição às antigas relações sociais¹⁵, cujas

¹³ Também definida como «Economia vazante» (HAUSER, 2003, p. 182), cuja produção é única e exclusivamente para o consumo interno, em que inexistente qualquer idéia de lucratividade, acumulação e especulação.

¹⁴ Segundo Hauser (2003, p. 182) a marca peculiar da economia feudal é incontestavelmente o fato de que «falta incentivo à superprodução e de que os métodos tradicionais continuam sendo usados e os velhos ritmos de produção observados sem qualquer interesse por invenções técnicas e melhorias organizacionais». É a este modo de produção que o nascente capitalismo substitui. Depois de encarniçadas batalhas (Revolução Inglesa de 1640 e Revolução Francesa de 1789) e as demais que se seguiram contra a classe dominante do *ancien régime*, as classes vitoriosas instauram novas formas de sociabilidade.

¹⁵ Onde o fim último da vida era a «posse de valores eternos» (HAUSER, 2003, p. 184) como a fé e a lealdade não a posse de “bens materiais” como até hoje pleiteia a burguesia.

bases eram «resultantes de uma ordenação divina» (HAUSER, 2003, p.182) incrementou contraditoriamente relações fundadas na *liberdade, na igualdade e na fraternidade*¹⁶, onde a moeda de troca passou a ser a força de trabalho do homem [mercadoria] e sua capacidade de transformar a natureza em riqueza imediata e infinita. Nisto reside o novo conceito de trabalho humano. Nisto encontra-se o seu novo estatuto. Para Marx (1980, p. 209), portanto:

Os burgueses têm suas razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural; pois precisamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho, tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte, viver, a não ser com sua permissão.

Porque a *redenção do trabalho* se dá com a nascente sociedade burguesa a sua contradição não menos faz parte dessa totalidade em que:

A produção de mercadorias é um sistema de relações sociais no qual os diversos produtores criam diferentes produtos (divisão social do trabalho) e os tornam equivalentes no momento da troca. Por consequência, o que é comum a todas as mercadorias não é o trabalho concreto de um determinado ramo de produção, não é trabalho de um gênero em particular, mas o trabalho humano “abstrato”, o trabalho humano em geral. (LÊNIN, 2003, p. 26).

O entendimento desta situação exige uma compreensão do funcionamento *sociometabólico* do capitalismo (MÉSZÁROS, 2006a). Com o pleno desenvolvimento desse modo de produção e de sua base de sustentação: a “mercadoria” e o “lucro” personificado na crescente acumulação do capital, o trabalho – atividade determinante – dessa relação, e o trabalhador – sujeito despojado dos meios de produção – passam a serem os “personagens” por excelência de uma relação de dominação e exploração, cujo controle social e político encontram-se no capital e no capitalista (dono dos meios de produção). Esta relação toma a seguinte arquitetura:

Dentro do processo de produção, o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja,

¹⁶ Pressupostos da Revolução Francesa de 1789 largamente difundidos pelos iluministas e assumidos pelos revolucionários do século XVIII e subseqüentes como verdades axiomáticas.

sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau adequado de intensidade. (MARX, 1985, p. 244).

Quem detém o capital? O que é o capital? Quais as suas determinações imediatas e mediatas? Estas são questões por demais complexas. Objetos privilegiados de estudo (o capital e a sociedade capitalista) desde o seu nascedouro, constituindo-se inclusive pomo de discórdia entre os estudiosos¹⁷ não ficaram incólumes às vicissitudes do tempo histórico e de sua sede por mudanças. As respostas não são unívocas e os problemas tampouco se esgotam com as soluções dadas.

Do ponto de vista da dialética marxiana, o capital e o capitalismo são realidades concretamente historicizadas. Não basta, todavia, historiar essas relações para efetivar o seu entendimento, pois é preciso explicitar as mediações e as contradições. Conforme Lukács (1979), não há na sociedade, nenhum objeto ou sujeito destituído de mediações. Assim, a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que está presente em qualquer realidade. Em Marx (1983), as categorias são também formas de ser, determinações da existência.

A principal mediação do capital e do capitalismo é o trabalho. Dizer que o capital é a razão de todas as coisas no capitalismo não é em si uma explicação absoluta como tampouco afirmar que este é um sistema baseado em relações antagônicas entre os detentores dos meios de produção e os não detentores também não é suficiente. O fato é que a «riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’» (MARX, 1985a, p. 45). Mas quem produz essas mercadorias? O trabalho social dos homens. Não apenas o trabalho individual, sobretudo ele tornado produção social.

A produção social de mercadorias é realizada por indivíduos que por sua vez produzem coletivamente em espaços fabris organizados pelos donos das forças produtivas. Esta produção social de mercadorias é então socialmente determinada pelas forças produtivas e pelas relações de produção. O trabalho é pois um resultado histórico.

¹⁷ De Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) a Karl Marx (1818-1883) e John Maynard Keynes (1883-1946) a preocupação é a compreensão do sóciometabolismo (MÉSZAROS, 2006) desse sistema. Sem dúvida os interesses políticos também são outros assim como diferenciada foi a metodologia adotada na abordagem dos objetos de estudos.

O ponto de partida e de chegada da sociabilidade humana no modo de produzir para acumular riquezas. Por isto, há uma articulação ontológica da categoria de trabalho com o processo histórico social da produção do capital. Por isto, também não há como separar um do outro. Por isto, igualmente é importante entender a subordinação da primeira ao segundo e do mesmo modo se torna necessário entender as contradições inerentes a esse processo.

Forças produtivas e relações de produção são as categorias determinantes da organização do trabalho na sociedade capitalista. As contradições se estabelecem aí numa parte e na outra na própria divisão social do trabalho¹⁸ assim como na divisão social e econômica que gera os antagonismos de classe já largamente analisada por Marx (2005, 2004), Engels (2007), Lênin (2003) e toda plêiade de estudiosos que os sucederam de linhagem marxista ou não.

Na sociedade capitalista da produção incessável de mercadorias com vistas ao lucro, o estatuto do trabalho¹⁹ tem em si expressão contraditória e alienada, isto porque a mercadoria (valor) produzida pelo trabalhador através de seu trabalho (papel-mercadoria) se apresenta como «fantasmagoria, ilusão, engano, nela o valor de troca ou a forma-valor oculta o valor de uso» (TIEDEMANN, 2006, p. 23). Isto é o próprio fetiche da mercadoria no reino burguês.

¹⁸ A divisão social do trabalho atinge sua forma mais avançada a partir do avanço das forças produtivas na sociedade capitalista. Em Durkheim (1999) a divisão social do trabalho se reveste das diferentes especializações profissionais na sociedade capitalista e tanto mais uma sociedade dividida em “especialidades” mais se desenvolve a solidariedade orgânica em que as regras de cooperação e troca de serviços entre os que participam do trabalho coletivo atuam como um modo de organização do trabalho, incrementando a produção.

¹⁹ Marx (2002, 1987, 1985a e 1985b) faz uma distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Enquanto o segundo diz respeito às atividades cujo núcleo é a prestação de serviços em que existe uma simples troca direta de dinheiro por trabalho autônomo, portanto, não há transformação do trabalho em capital nem tampouco produção de mais-valia; o primeiro é mola mestra do metabolismo da produção de acumulação do capital. O trabalho produtivo é o coração do desenvolvimento econômico numa sociedade capitalista. Apenas com este, o trabalho se transforma diretamente em capital. Portanto, está subsumido ao capital formalmente e concretamente. O trabalho improdutivo não produz mais-valia, o produtivo sim. O primeiro só existe porque o segundo produziu excedente econômico (*sobretabalho*) na sociedade capitalista. No segundo, o capital por meio da sua forma produtiva (trabalho) tem a capacidade de criar valor de troca, portanto, é *conditio sine qua non* da forma-capital. O trabalho produtivo situa-se na esfera da produção de mercadorias sendo ele mesmo uma mercadoria; o improdutivo circunscreve-se na superfície da circulação e da troca, pois também é mercadoria transformada pela forma-capital. É bom não esquecer que o trabalho improdutivo é tão orgânico ao sistema metabólico quanto o produtivo. Na atual fase do capital transnacional há uma mistificação do primeiro em relação ao segundo.

Como a produção de mercadorias se dá necessariamente por meio das relações de produção mediadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, é importante entender como ocorreu o processo evolutivo das mesmas uma vez que o modo de organizar a produção capitalista sofre influências diretas das tecnologias implantadas nesse processo. A esta altura é importante compreender o conceito de forças produtivas que em Marx (1985a) são os meios de produção e a força de trabalho. Por meios de produção entenda-se que são os instrumentos de trabalho bem como todo o aparato infra-estrutural de que a sociedade dispõe e transforma para produzir as mercadorias. Por força de trabalho entenda-se que é o dispêndio de energia humana para consecução dos fins capitalistas.

Compreender a relação entre as forças produtivas e as relações de produção é particularmente importante para o objeto de estudo analisado aqui vez que as mudanças processadas nas forças produtivas desde o capitalismo comercial (intensificando suas contradições) internas têm reordenado a forma de produzir mercadorias e conseqüentemente a situação do trabalho seja no fordismo/taylorismo ou mais recentemente (tempos de reestruturação produtiva). Marx (1985a) afirma que na fase inicial do capitalismo o “burguês” precisou se conformar às forças técnicas já existentes resultantes do modo de produção antecessor que expirava lentamente: «De início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente» (MARX, 1985a, p. 244).

Então, o tipo de trabalho explorado em toda sua dimensão é o trabalho vivo. Este é o trabalho humano em si mesmo, ou seja, o trabalho em ato. Categoria desenvolvida por Marx (1982) para explicar a situação da classe trabalhadora frente ao desenvolvimento das tecnologias no processo de produção das mercadorias. Para Marx tanto mais desenvolvidas são as tecnologias tanto mais a desvalorização do “trabalho vivo”, pois este daria lugar ao “trabalho morto” ou “trabalho passado”. Para Antunes: «os capitais necessitam de trabalho vivo, em seu processo de valorização do capital» (ANTUNES, 2004, p.5). Para os capitalistas trata-se de eliminar o trabalho vivo, pois: “A classe trabalhadora atrapalha os capitais, ela faz greve, ela se rebela, ela faz oposição” (*ibidem*). Entretanto «O capital não pode eliminar trabalho vivo, mas ele pode tornar supérflua uma parte enorme da nossa classe trabalhadora» (*ibidem*).

No primeiro momento de acumulação primitiva do capital a força de trabalho vivo estrangula-se nas mãos do capitalista por meio da exacerbação da jornada de trabalho, em que o trabalhador é por si a personificação do tempo elasticizado. Os relatos das relações de produção desse período são reveladores:

O impulso à prolongação da jornada de trabalho, a feroz voracidade por mais-trabalho, que temos observado até agora numa área, na qual os abusos desmesurados não ultrapassados, como disse um economista burguês da Inglaterra, pelas crueldades dos espanhóis contra os índios na América, colocaram finalmente o capital sob os grilhões da regulação legal. (MARX, 1985, p. 196).

Durante um intervalo considerável de tempo histórico, o controle do capital sobre o trabalho não conheceu qualquer limite e sua base de sustentação encontra-se na extração da mais valia: “enigma da esfinge” da “formação social capitalista” decifrado por Marx (1975). Em linhas gerais, no pensamento marxiano, a mais valia é todo o *sobretabalho* que vai para o capital. Ou seja, tudo o que o trabalho produz. Esta acontece de duas formas: mais valia absoluta é extraída da exploração “bruta” do capital sobre o trabalho que se dá acima de tudo pelo prolongamento da jornada de trabalho ou da minimização do salário da força de trabalho. Mais valia relativa se dá através do desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas e do aperfeiçoamento das condições de produtividade e evolução dos meios de produção (instrumentos do trabalho). A produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as relações sociais.

A espoliação desmedida da força de trabalho na fase de instauração do modo burguês de produção encontra explicação no incipiente desenvolvimento das forças de produção. A partir do momento em que estas são plenamente desenvolvidas a extração da mais valia absoluta vai lentamente cedendo lugar à extração da mais valia relativa ou com ela convivendo. Em hipótese alguma, o trabalho *em si* vai se emancipando do capital. O que se tem são transformações visíveis na “forma de organizar a produção de mercadorias” ao longo de seu desenvolvimento histórico em que as contradições e as mediações das formas de luta do trabalhador vão também contribuindo para uma minimização da exploração de sua força de trabalho.

Do início do desenvolvimento do capitalismo à estruturação plena da Revolução Industrial (em suas implexas expressões históricas), capital e trabalho, donos

dos meios de produção de um lado e proletários ou deserdados sociais dos meios de produção encontravam-se antagonicamente em situações históricas diferenciadas. Mesmo os economistas clássicos não deixaram de reconhecer (embora procurassem “naturalizar” a realidade social) esta situação: o antagonismo e os conflitos sociais postos pelo novo “modo de produção” e pela nova forma de organização das relações de produção.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. “Trabalho”. In: _____. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1. ed. brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetto. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. (org.). **A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

_____. “Afinal quem é a classe trabalhadora hoje?”. In: **Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas**, n. 7, p. 55-61, São Paulo: Boitempo, 2006b.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006c.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. (orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O longo século XX: o dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** São Paulo: UNESP, 2006.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial,** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

BLOCH, Ernest. **O princípio esperança.** v. 1. Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2005.

BRAGA, Ruy. **A Nostalgia do Fordismo.** São Paulo: Xamã, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII.** O tempo do mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II.** Lisboa: Martins Fontes, 1984.

CHESNAIS, Francois. **A Mundialização do capital,** São Paulo. Xamã, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 4. ed. São Paulo: Editora Global, 1990.

_____. “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação mundial – 1492/1789.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Acumulação mundial.** Lisboa: Estampa, 1976.

GIDE, André. “Orelha”. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia – primeira parte.** Tradução Jenny Klabin Segall. São Paulo: Ed. 34, 3. ed., 2007.

GOWAN, Peter. **A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo.** Tradução de Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GORZ, André. **O imaterial, conhecimento valor e capital.** Editora Annablume, São Paulo, 2005.

_____. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica.** São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Temas e cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luis Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social.** Madri: Taurus, 1987a.

_____. **Teoria de la acción comunicativa II – Crítica de la razón funcionalista.** Madri: Taurus, 1987b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura.** Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das revoluções:** Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **A Era do Capital.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Era dos extremos:** breve século XX (1914-1991). Tradução de Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **A Era dos impérios:** 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **Mundos do trabalho.** Tradução de Waldea Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

LE GOFF, Jacques. “Mestre e profissão segundo os manuais de confesores da Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média.** Lisboa: Estampa, 1980.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?:** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**; tradução de Carlos Néelson Coutinho. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. “Orelha”. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**: uma tragédia – primeira parte. Tradução Jenny Klabin Segall. São Paulo: Ed. 34, 3. ed. 2007.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. “Marx a Paul V. Annenkov”. Cartas Filóficas. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas e o Manifesto comunista**. São Paulo: Editora Moraes, 1987a.

_____. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro. 1. v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital**. Livro 1. v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **O Capital. Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas, v. 1).

_____. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O Capital: o processo de produção do capital**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.1, L. 1.

_____. **O Capital: o processo de circulação do capital**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987b, v.3, L. 2.

_____. **O Capital: o processo global da produção capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985a, v.4, L. 3.

_____. **O Capital: o processo global da produção capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985b, v.5, L. 3.

_____. “Manuscritos econômicos e filosóficos”. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 5. ed., R. Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MENDES, Ana Magnólia; MORRONE, Carla Faria. “Vivências do prazer – sofrimento e saúde psíquica no trabalho: trajetória conceitual e empírica”. In: MENDES, Ana Magnólia; BORGES, Livia de Oliveira; FERREIRA, Mário César. (Orgs.). **Trabalho em transição, saúde em risco**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006b.

MORAES, Vinicius de. **Antologia poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NAVARRO, Lucia Vera. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOLAN, Peter. “Trabalho”. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OFFE, Claus. "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?". In: **Trabalho & Sociedade**, Vol. I, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989a.

_____. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.

_____. **Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989c.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: EDUC/Plexus, (1998).

POLANYI, Karl. **A grande transformação. As origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M.; FALCON, Francisco José Calazans. **A formação do mundo moderno: a construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

TERTULIAN, Nicolas. "Lukács Hoje". In: PINASSI, Maria Orlandi; LESSA, Sérgio. (orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

TIEDEMANN, Rolf. "Introdução à edição alemã (1982)". In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

TOLEDO, Enrique de la Garza. "El papel del concepto de trabajo em la teoria social del siglo XX". In: _____. (Coordinador). **Tratado latinoamericano de sociologia del trabajo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 1974.

_____. **Capitalismo histórico & Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.